



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Modelos para ensinar a leitura:

dois manuais de ensino de leitura para professores: décadas de 1940-1960

Maria Teresa Santos Cunha

Como citar: CUNHA, Maria Teresa Santos. Modelos para ensinar a leitura: dois manuais de ensino de leitura para professores: décadas de 1940-1960. *In:* MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita:** métodos e material didático. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 179-198.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0541-4.p179-198>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

MODELOS PARA ENSINAR A LEITURA: DOIS MANUAIS DE ENSINO DE LEITURA PARA PROFESSORES: DÉCADAS DE 1940-1960

Maria Teresa Santos Cunha

Para aprender a ler é preciso ler bem devagar, e em seguida é preciso ler bem devagar e, sempre, até o último livro que terá a honra de ser lido por você, será preciso ler bem devagar. [...] Ler devagar é o primeiro princípio, e se aplica a toda e qualquer leitura. É como a essência do ato de ler. (FAGUET, 2009, p. 10-11).

INTRODUÇÃO

Instrumentos de ensino, marcos pedagógicos, objetos sob controle do Estado desde os finais do século XIX, os manuais de ensino sistematizaram conhecimentos de várias áreas de saber e consolidaram-se a partir dos inícios do século XX, no conjunto de várias especializações da chamada Pedagogia *científica*, tanto pela construção de um sistema público de instrução obrigatório e gratuito, como aliado a uma política de formação de professores que defendia a proliferação das escolas normais como índice de progresso.¹

Os manuais de ensino, apresentados em forma de tratados com lições e observando um diálogo com a psicologia, por exemplo, tiveram, como uma das suas principais funções, a de subsidiar a atuação de professores para iniciar, principalmente alunos e alunas da Escola Normal, nas chamadas “ciências da educação”. São também considerados como manuais de

¹ Reflexões sobre outros manuais de ensino se encontram no capítulo de Maria do Rosário Longo Mortatti, que integra este livro. [N.O.].

profissionalização que visavam a fundar práticas profissionais para o magistério, em conformidade com um modelo de ensinar, por meio da proposição de um conjunto das justificativas e prescrições historicamente produzidas. Sua produção, circulação e uso condicionaram um modo de organização da cultura escolar² ao propiciar, aos professores, formas de pensar e de praticar o ensino, objetivando construir um sistema escolar sobre princípios científicos e universais, mais como “[...] um saber técnico que como um conhecimento fundamental na medida em que se organizava preferentemente em torno dos princípios e estratégias de ensino.” (NÓVOA, 1994, p. 2003).

Amplamente utilizados no ambiente escolar, os manuais eram tidos como auxiliares à prática de ensino de professores, pela precisão, sutileza e propostas de agilidade de quem, sendo breve, poderia ser profundo na transparência de transmissão de normas e prescrições, na clareza das ideias, na coerência da escrita, na presença de imagens discursivas e visuais que se teciam em suas páginas em narrativas simples, quase coloquiais. Eles continham em sua configuração física e textual mapas para um percurso ao leitor, materializados em índices por assuntos, páginas numeradas, alguns até com desenhos ilustrativos, e exemplos edificantes que pretendiam enraizar-se numa cultura do gesto e do agir, para facilitar a prática docente. Sua textualidade, em especial, dialogava no *terreno psicológico* e expressava teorias pedagógicas, valores, conteúdos e métodos prescritos que, ao serem adotados, eram reconhecidos como preciosos elementos de auxílio para “[...] o entendimento de práticas culturais que contribuíram para a constituição do indivíduo moderno.” (GOMES, 2004, p. 11).

Nessa perspectiva, este texto analisa dois manuais para o ensino da leitura na escola que foram produzidos na década de 1930, com circulação e tradução no Brasil, na década de 1940, momento em que houve significativa ampliação do parque gráfico nacional (HALLEWELL, 1981, p. 235) e produção e divulgação de literatura pedagógica (revistas, livros, decretos, congressos, conferências) visando a consolidar um sistema nacional de ensino sobre princípios científicos.

² Entendida aqui como espaço de movimentos no interior da escola, seleção e organização de informações (VAL-DEMARIN, 2000); como complexo simbólico e tecnológico que articula as dimensões básicas do dizer, do fazer e do agir didático e as pedagógicas (MAGALHÃES, 2008) e como processos que ocorrem no interior da escola, onde se mesclam elementos estruturantes e elementos cambiantes (VIDAL, 2013).

Como artefatos culturais destinados *a ensinar a ser professor*, os dois manuais serão analisados a partir das prescrições feitas pelos autores para o ensino da leitura na Escola, com destaque para as proposições de conhecimentos que contribuiriam para fazer da leitura um saber escolarizado. O estudo oferece, igualmente, indícios sobre os modelos prescritos, relativos ao ato de ler, que circularam nas décadas de 1940 a 1960, até onde se têm notícias de sua circulação pelo número de suas edições. O empreendimento envolve estudos em relação à capa, título, autores, data de publicação, organização dos capítulos, diálogos teóricos e recomendações expostas para o ensino e a prática de leitura, notadamente a leitura silenciosa, inseridos em “[...] uma política editorial cujo objetivo é a formação de uma nova cultura pedagógica [...] representada como necessária ao desempenho escolar de seu destinatário: o professor.” (CARVALHO; TOLEDO, 2007, p. 107, 91). Procurou-se encaminhar a análise com base em alguns pontos já delineados por autores como Mortatti (2000, p. 31):

[...] às opções temático-conteudísticas (o que?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?) que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por que?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?). [...]. A análise integrada desses aspectos é que propicia ao investigador: reconhecer e interrogar determinado texto como configuração “saturada de agoras” e “objeto singular e vigoroso”, e dele pode produzir uma leitura possível e autorizada, partir de seus próprios objetivos, necessidades e interesses.

O primeiro manual em análise está intitulado *A arte da leitura*, de autoria do português *Mário Gonçalves Viana*, publicado pela Editora Educação Nacional, na cidade do Porto, em 1949, dentro da Coleção Didáctica – produzido em Portugal, e com circulação no Brasil, entre professores do Curso Normal. O segundo manual intitula-se *Como se ensina a leitura*. Suas autoras são as professoras norte-americanas Mary Elizabeth Pennell e

Alice Mattie Cusack,³ tendo sido publicado pela Editora Livraria Globo, de Porto Alegre, em 1942 (2ª edição).⁴

Conservados em bibliotecas públicas e em acervos privados, cabe ao historiador do presente o desafio de problematizar o papel e o lugar desses manuais escolares ainda pouco conhecidos do grande público. Trata-se, sim, de um patrimônio cultural, que teve papel considerável na educação escolarizada das classes médias e populares (pela via da escola pública) e ocupou um espaço importante e frequentemente ignorado na educação de crianças e leitores.

O estudo dos dois manuais possibilita compreender e interpretar esses livros em sua materialidade física e em seus conteúdos, como locais onde, por escolhas deliberadas de temas, se concentram sinais, vestígios, imagens e discursos que permitem reconhecer prescrições para o ensino da leitura, pela via da interpretação histórica, a qual sinaliza para a tripla tarefa do historiador a fim de produzir credibilidade: convocar o passado que já não está em um discurso no presente; mostrar as competências interpretativas do historiador, dono das *fontes*; e convencer o destinatário (leitor) dessa historicidade. No fazer historiográfico, acham-se associados, portanto: conhecimento e relato; prova e retórica; saber crítico e narração (CHARTIER, R., 2009, p. 15-16).

As problematizações que governaram a pesquisa intentam rastrear a presença de proposições sobre a leitura, feitas nos manuais escritos por Viana (1949/2ª edição) e Pennell e Cusack (1942/3ª edição), centradas em questões sobre a escolarização da leitura e sobre os tipos de preceitos propostos pelos autores, que se relacionam às práticas de leitura na escola, exemplificados, muito pontualmente, por intermédio de excertos de trechos que remetam às prescrições sobre o ato de ler. Esses excertos são formas de mediação as quais muitas vezes normatizaram e legitimaram um modo de fazer e pensar leitura na escola. Além do mais, é provável que, em

³ Reflexões sobre esse manual também se encontram no capítulo de Eliane Peres, que integra este livro [N.O.].

⁴ Os dois exemplares em estudo integram minha coleção pessoal e foram, ambos, presentes das professoras Janice Gonçalves e Maria Fernanda Batista Faraco Werneck de Paula, a quem agradeço muito a delicadeza do ato e o mimo, em si. As citações de suas páginas, ao longo deste texto, serão realizadas observando-se a atualização gráfica das palavras pelas regras atuais vigentes.

algum momento de sua formação inicial ou continuada, os professores e professoras, cada qual em sua época, tenham entrado em contato com esses textos, o que ajuda a legitimar mais o estudo, sem, contudo, avançar para além da enunciação das prescrições.

SOBRE A LEITURA NOS MANUAIS

A leitura é uma conversa [...] Os leitores respondem a um diálogo provocado silenciosamente por palavras escritas uma página. (MANGUEL, 2005, p. 10).

A leitura é uma prática simbólica e um dos principais ícones de orientação do pensamento. Exercício vagaroso, tarefa algumas vezes exaustiva, outras vezes fascinante, atividade prazerosa ou rechaçada, controlada ou livre, realizada de forma solitária ou em grupos, disseminadora de modelos, ela envolve um ritual. Torná-la obrigatória, como item curricular, foi uma das estratégias que a educação escolarizada tomou a si, desde os finais do século XIX, com a propagação dos manuais, seja para transmitir ensinamentos, seja para exercer controle, alimentar o imaginário e, enfim, construir leitores. Parece inegável que a leitura, como resposta *a um diálogo provocado por palavras escritas numa página*, crie possibilidades para que as pessoas se descubram, se construam, se façam autoras de sua vida pela apropriação e ressonância de textos (ou de fragmentos deles) e, mesmo quando realizada fora da escola, abram espaço para a imaginação e para descobrimentos singulares.

A disseminação da leitura pelos manuais escolares já mereceu vários estudos (BASTOS, 2006, BASTOS; MOGARRO, 2009; CARVALHO, 1998; CHOPIN, 2002; CUNHA, 2011; FRADE, 2010; SILVA; CORRÊA, 2004; SILVA, 2004; TREVISAN; PEREIRA, 2009; VIDAL, 1999). Segundo Chopin (2002, p. 14), eles foram divulgadores de noções científicas, de métodos pedagógicos e de representações de um comportamento social, bem como depositários de conteúdos educativos, que tinham “[...] o papel de transmitir às jovens gerações, saberes e habilidades (o ‘saber ser’) os quais, em uma dada área e momento, foram julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se.”

Os manuais escolares, na dimensão da história da leitura, ainda que se constituam em gêneros menores e de pouco reconhecimento social e simbólico, foram investigados por Anne-Marie Chartier (2004), que reconhece um campo de leitura na educação escolar mostrando que os manuais de ensino estavam destinados a instruir os professores e que os livros de leitura eram destinados aos alunos, para educar com relatos co-moventes, descrições admiráveis e edificantes. Os manuais de ensino, conforme a autora, “[...] colocavam em evidência todo um discurso persuasivo para recordar o trabalho, o esforço e a importância de ser bom professor.” (CHARTIER, A.-M., 2004, p. 50).

A prática de adotar manuais de ensino objetivava instrumentalizar o professor para o ensino da habilidade ali proposta e, nos casos em estudo, incluía propor a escolarização da língua como matéria, meio e suporte curricular, quer como uma matéria que transversalizava todo o currículo escolar, quer como uma prática simbólica, envolvendo concentração e paciência e exigindo um investimento para transformar o *habilitado a ler* em um *leitor efetivo*, conforme propõe, na Introdução, a obra de Viana (1949, p. 6):

Não se trata de [utilizar] manuais pesados e maciços, nem de obras superficiais ou vazias de sentido ideológico, mas sim de pequenos tratados práticos cuidadosamente documentados nos autores mais respeitáveis e escritos com o bom senso e o espírito das realidades humanas e portuguesas de que há sempre mister.

Semelhante proposição encontra-se no Prefácio do manual de Pennell e Cusack (1942, p. 5), nos seguintes termos:

Em todos os setores da atividade humana, dia a dia, mais e mais se vem sentindo o valor da leitura rápida e inteligente. O domínio da leitura dá ao indivíduo a faculdade de enriquecer sua própria vida, aumentar sua capacidade profissional e tornar-se mais útil à sociedade.

Para Correia e Peres (2005, p. 197), os manuais ou livros de texto participam da “gramática da escola”, fazem parte do território dos “discursos pedagógicos” e curriculares e, nessa clave, reafirma-se a intenção de rastrear prescrições para atividades de leitura presentes nesse suporte e que circularam na educação escolarizada, como verdadeiros *modelos* a serem

ensinados pelos professores e propostos aos alunos para ler com arte. Nesse sentido, fazia-se necessário que os manuais de ensino referendassem a legitimidade dos alicerces de comportamentos preconizados, por meio do uso desses materiais, os quais contribuiriam para firmar uma liturgia/ritual escolar, historicamente produzida.

O MANUAL DE MÁRIO GONÇALVES VIANA: *A ARTE DA LEITURA*

O livro *A arte da leitura*, de Mário Gonçalves Viana – Editora Educação Nacional – Porto/1949 –, considera a leitura como arte e como prática cultural “[...] susceptíveis de servirem às necessidades da pedagogia e da cultura portuguesa caldeadas pela observação direta da vida, pela experiência profissional e pela prática.” (VIANA, 1949, p. 5).



Figura 1 – Capa do Livro *A arte da leitura*, de Mário G. Viana, 1949.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Mário Gonçalves Viana, nascido em Lisboa, em 1900, e falecido em 1977, foi sociólogo, pedagogo e professor. Licenciado em Direito, foi autor de numerosos trabalhos acerca dos mais variados assuntos: *Elementos de Arquivologia e Classificação* (1940); *Biografias de Figuras Nacionais* (1943), *O Problema do Saber Humano* (1945), *A Técnica Publicitária* e *A Arte de Redigir* (1946); *A Arte da leitura* (1949), *Psicologia do Adolescente* (s/d), *A Arte de organizar bibliotecas públicas e particulares* (1958) etc. Diri-

giu, ainda, a coleção Biblioteca de Cultura Geral da Editora Figueirinhas/Portugal, iniciada precisamente pelo volume *A Arte de Redigir*.⁵

Sua obra circulou no Brasil, haja vista sua presença atual nas estantes virtuais de compra de livros, em citações em outros manuais de ensino,⁶ em acervos nacionais, como o da Biblioteca Nacional, em bibliotecas universitárias, como a da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que contém duas de suas obras. Tais presenças atestam sua circulação em terras brasileiras, ainda que não se tenha notícia de seu uso diretamente escolar, no Brasil. Não consta ter sido publicado por editoras brasileiras, porém, suas obras saíram principalmente por editoras portuguesas, como a Editorial Domingos Barreira e a Editora Educação Nacional – Propriedade de Adolfo Machado/ Rua da Almada, nº125, na cidade do Porto/Portugal. O livro integra a *Coleção Didáctica*, a qual também publicou do mesmo autor *A arte de pensar*, *A arte de estudar* e *A educação integral* e, como o próprio título anuncia, tem seu público-alvo entre professores e estudantes. Na contracapa desse livro, encontram-se os objetivos da Coleção, assim apresentados:

Coleção Didáctica

Qualquer das obras desta interessantíssima e útil coleção fornece a todos os estudantes, principalmente aos estudantes e aos autodidatas, os conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para uma orientação segura, progressiva e metódica em qualquer sector da cultura. Os livros da Coleção Didáctica constituem verdadeiros tratados práticos, sendo os respectivos temas versados com proficiência e clareza. (VIANA, 1949).

O livro *A Arte da Leitura* tem 232 páginas, uma capa sem ilustrações, mas com arabescos laterais que destacam o título centralizado e a pertença à *Coleção Didáctica*. Não há, em seu interior, lista de referências bibliográficas,⁷ mas traz um “Índice Sinóptico”, dividido em duas partes,

⁵ Informações gerais coligidas no site: <www.memoria-africa.ua.pt>. Acesso em: 15 jun. 2012, complementadas por informações retiradas da contracapa do livro *A Arte da Leitura* (1949).

⁶ Há duas citações desse manual de Mário Viana em: ARCHÊRO JÚNIOR, Aquiles. *Lições de Pedagogia*. Para uso nas escolas Normais. Terceiro Ano. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1955.

⁷ Não há referências ao final de cada capítulo, entretanto, ao longo das páginas, há citações de autores, em forma de pensamentos e máximas. Os mais citados são: Octávio Domingues, Antero de Quental, Carlyle, Fernão Mendes Pinto, Júlia Lopes de Almeida, Emílio Faguet, Antônio Feliciano de Castilho, Ramalho Ortigão, Gustavo Le Bon, Marden, Pe. Antônio Vieira, Guerra Junqueiro, D. Francisco Manuel de Melo, Montaigne, Rousseau, Santo Tomás de Aquino etc.

sendo 13 subtítulos na primeira parte e sete subtítulos compondo a segunda parte, conforme se pode ver no quadro abaixo:

PRIMEIRA PARTE/ Títulos	SEGUNDA PARTE / Títulos
I. A leitura dirigida	I. A leitura em voz alta
II. A Seleção dos livros	II. A pronúncia e a voz
III. Ler devagar	III. Pausas, respiração e inflexão da voz
IV. Os livros inconvenientes ou perigosos	IV. A leitura dos diversos estilos
V. Os livros recomendáveis	V. A leitura da prosa e do verso
VI. Os livros de estudo e os livros de crítica	VI. Recitação e declamação
VII. Quando e como se deve ler	VII. Conversar
VIII. Ler bem	
IX. Reler e meditar	
X. Ciência pedante ou livresca	
XI. A leitura ao serviço da mulher	
XII. A autodidaxia	
XIII. A organização de uma biblioteca	

Quadro 1 – Títulos dos capítulos do livro *A arte da Leitura*, de Mário G. Viana, 1949.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

O caráter prescritivo para a leitura no livro de Mário Gonçalves Viana não se limita apenas ao Capítulo VII da Primeira Parte, como o título anuncia, mas está presente em todo o volume e se pauta significativamente em aspectos sobre os hábitos de *boa leitura*, *da leitura escolar* e sobre a *importância* da leitura para estudo e divertimento (lazer). Essas prescrições estão expressas como:

O professor terá sempre o cuidado de fazer indicações de livros a ler, de maneira metódica e evolutiva, escolhendo, de preferência livros que satisfaçam a curiosidade da infância e proporcionando-lhes conhecimentos e diversão sadia. (VIANA, 1949, p. 14).

A indicação de obras de ler pelos alunos será, nos primeiros tempos, tanto quanto possível e variada, para que fique com uma apreciável cultura geral. (VIANA, 1949, p. 15).

Ler bem não consiste em soletrar palavras abstraído das idéias que representam [...] O hábito de ler deve originar o hábito do estudo e tem grande valor educativo porque ensina a procurar e a sentir a beleza verdadeira. (VIANA, 1949, p. 183).

Outro aspecto a considerar são as recomendações para a leitura, inicialmente silenciosa, que se encaminharia para uma leitura em voz alta. Essa recomendação funcionava como um dos objetivos da leitura escolar, que outorgava um privilégio à mente e depois à voz, dentro da atividade leitora, e fazia desse tipo de leitura uma prática usual prescrita em manuais e prevista como item programático nas Escolas Primárias. Mesmo que a prescrição não reverbere automaticamente em prática efetiva, no livro de Viana (1949), o tema merece ainda um capítulo especial, que abre a segunda parte e está expresso nos seguintes termos:

A leitura em voz alta e o necessário complemento da leitura mental. Quem não sabe ler em voz alta (precedida da leitura silenciosa...) não sabe verdadeiramente ler. Quem não pratica, com método e frequência, este gênero de leitura nunca pode falar corretamente, com boa pronúncia e entoação, conforme salientam os pedagogos e higienistas. (VIANA, 1949, p. 151).

O sentido dado já no título ao ato de ler como uma arte obedece a uma força materializada através de preceitos modeladores propostos, como os que se referem aos valores e objetivos da leitura, qualificados como “instrutiva” (p. 26); “sadia” (p. 44); “leitura convenientemente dirigida pelos professores” (p. 31); “leitura em voz alta para educar a voz e sensibilidade” (p. 84); “leitura silenciosa para compreender o texto, mais do que para decifrar palavras” (p. 123), finalizando com um aconselhamento que objetiva fixar uma função modelar que reafirma a escola como um *locus* para aprendizagem de saberes leitores:

Os livros didáticos relêem-se para estudar; os eruditos relêem-se para aprender; as obras meramente literárias, que agradaram, relêem-se para sentir a beleza da Arte, da Vida ou do Bem: os livros de que não se gostou relêem-se para retificar impressões e para sobre essa nova leitura ajuizar a evolução do nosso espírito, sempre inquieto e sequioso de perfeição. (VIANA, 1949, p 92).

O MANUAL DE MARY E. PENNELL E ALICE M. CUSACK: COMO SE ENSINA A LEITURA

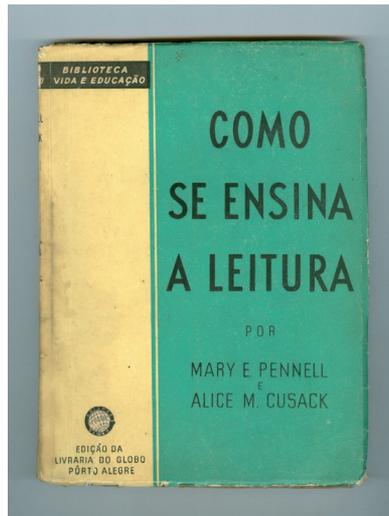


Figura 2 – Capa do manual *Como se ensina a leitura*, de Mary E. Pennell e Alice M. Cusack, 2ª edição, 1942.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Mary Elizabeth Pennell e Alice Mattie Cusack foram, respectivamente, Supervisora Escolar e Diretora do Jardim de Infância e do Departamento Primário da cidade de Kansas, nos Estados Unidos. Esse manual originalmente intitulado *How to Teach Reading*, foi publicado em 1924, pela Editora Houghton Mifflin, ligada à Universidade de Michigan. No Brasil, o livro foi traduzido entre 1938/1939, pela professora Anadyr Coelho, responsável pela cadeira de Pedagogia na Escola Normal de Porto Alegre, e publicado pela Editora da Livraria do Globo, em Porto Alegre,

como segundo volume de uma Coleção intitulada *Vida e Educação*,⁸ sob a direção do Professor Álvaro Magalhães, em 1942.

Segundo os estudos de Torresini (1999, p. 69, 90), a Editora Globo (Porto Alegre/RS), com assessoria do então Professor da Universidade de Porto Alegre, Álvaro Magalhães, colocou no mercado editorial, nas décadas de 1930/1940, edições pedagógicas (livros técnicos, dicionários e enciclopédias) de obras voltadas para o ensino superior associadas à recém-criada (1934) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Coleção *Vida & Educação* trazia como primeiro volume uma obra do Professor Everardo Backheuser,⁹ intitulada *Ensaio de Biotipologia Educacional*, e, como terceiro volume, o *Manual de Pedagogia Moderna (Teórica e Prática) – para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação*, do mesmo autor. Os objetivos dessa Coleção, expressos na contracapa desse manual, prometiam:

Pretendendo secundar o admirável esforço e o decidido trabalho dos poderes públicos na esfera educacional e no intuito de colaborar para o incentivo e a difusão da cultura no Brasil em que os TEMAS PEDAGÓGICOS e a EDUCAÇÃO se acham na ordem do dia - a Livraria do Globo, de Porto Alegre, tem a satisfação de apresentar aos pais, aos mestres, aos educadores a biblioteca VIDA & EDUCAÇÃO, dirigida pelo experimentado Prof. ÁLVARO MAGALHÃES. A nova coleção de propõe estudar os problemas educacionais e culturais nas suas mais variadas formas e aspectos, através de obras super selecionadas entre os melhores trabalhos nacionais e estrangeiros que se enquadram dentro desse programa. (PENNEL; CUSACK, 1942, aba 2).

Uma capa simples e convencional abriga um manual com 276 páginas, em cuja última página há uma listagem bibliográfica composta de 38 títulos (apenas autor e obra, sem datação). Os mais citados eram:

⁸ A primeira edição foi publicada, possivelmente, em 1940, quando a Coleção Vida & Educação ainda não havia sido criada, conforme explicação na segunda aba do manual.

⁹ Everardo Backheuser (1879-1951) foi professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e autor do *Manual de Pedagogia Moderna (Teórica e Prática) – para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação*, publicado pela Editora Globo, nesse período (ver TORRESINI, 1999).

AUTOR	TÍTULO
Dewey. J.	<i>How We Think</i>
Dewey. J.	<i>Democracy and Education</i>
Dewey. J.	<i>Interest and Effect</i>
Dewey. J.	<i>Moral Principles in Education</i>
Gray, W. S.	<i>Remedial Cases in Reading</i>
Gray, W. S.	<i>Methods of Testing Reading/v.XVI</i>
Bobbit	<i>The Curriculum</i>
Bolenius	<i>Silent and Oral Reading in the Elementary Schools</i>
Bolenius	<i>First Grade Manual</i>

Quadro 2 – Principais autores citados no livro *Como se ensina a leitura*, de Mary E. Pennell e Alice M. Cusack, 2ª edição, 1942.

Fonte: PENNELL; CUSACK, 1942, p. 276.

A referência a várias obras de John Dewey (1859-1952) sinaliza para a presença de um dos mais importantes autores vinculados aos princípios da chamada “escola ativa”, cujos pressupostos, em diálogo especialmente com a psicologia, ressoaram no Brasil no campo pedagógico e nas mudanças no ensino, a partir da década de 1920, dando o tom para a própria Coleção. Essa vinculação aparece detalhadamente explicada no prefácio do livro, que, conforme tudo indica, foi escrito pelo organizador da Coleção, nos seguintes termos:

Os psicologistas estudaram cientificamente o processo da leitura, chegando a determinar através de numerosas experiências os fatores que a condicionaram. [...]. É fundamental que nossos professores saibam apreciar o valor da contribuição dos psicólogos e utilizar-se dos princípios por eles estabelecidos quando tiverem de auxiliar a criança na formação de desenvolvimento de bons hábitos de leitura. “Como se ensina a leitura” procura expor e estudar os princípios psicológicos que envolvem a leitura de maneira que qualquer pessoa, ainda que não familiarizada com a terminologia psicológica possa entendê-los e aprecia-los. (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 5-6).

O Sumário ou Índice está organizado em quatro grandes partes, a saber:

I PARTE	A leitura eficiente na vida
II PARTE	Método e processos que podem auxiliar a criança a ter eficiência
III PARTE	Leitura oral e Leitura silenciosa
IV PARTE	Divisão do trabalho por anos

Quadro 3 – Índice Geral do livro *Como se ensina a leitura*, de Mary E. Pennell e Alice M. Cusack, 2ª edição, 1942.

Fonte: PENNELL; CUSACK, 1942, p. 267-275.

O caráter prescritivo da III Parte – Leitura oral e silenciosa – mostra as formas como as autoras encaminham para a importância de ler bem e silenciosamente, anúncio que é feito nas partes iniciais do livro, do seguinte modo:

É a leitura silenciosa o tipo de leitura mais largamente usado na vida. Nem se poderá considerar bom leitor quem não possua a capacidade de apreender exata e rapidamente o pensamento do autor, pela leitura silenciosa. A boa leitura silenciosa está condicionada a vários fatores: desejo de ler, capacidade de evocação de sentidos, domínios do instrumentos da leitura. (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 17).

A parte III desse Manual (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 91-149) apresenta um grande número de instruções que determinam, em diálogo com a psicologia, as vantagens da leitura silenciosa sobre a leitura oral. O aprendizado dessa forma de ler aparece relacionado às experiências escolares e encaminha para “[...] novos enfoques em que se exercita leitura silenciosa, rápida, seletiva e autônoma” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 92), seguida de “[...] liberdade de escolha” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 93) e estruturada em torno de objetivos como “[...] desejo de ler e amor á leitura, capacidade de pensar com clareza, demonstrar domínio da mecânica da leitura, maior eficiência do ponto de vista da compreensão e manuseio correto dos livros” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 94). Em contrapartida, as desvantagens da leitura oral são frisadas como propuloras de “[...] dificuldades para entender os enunciados de qualquer problema, incapacidade de selecionar e organizar o material para sua solução,

principalmente em história e geografia, que os leva a decorar os textos” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 93).

Esse manual fornece ao futuro professor muitas atividades que podem ser realizadas em classe, para o “[...] desenvolvimento de hábitos, habilidades e atitudes que se devem desenvolver através da leitura silenciosa” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 95) e que se fazem presentes como “[...] oferta de lições edificantes” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 104) e a procura de uma “[...] elegância gráfica que ofereça leveza e equilíbrio” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 106), “[...] a possibilidade de aprendizados ligados a experiências e motivações da infância” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 117) e “[...] insistência de trabalho independente associado á leitura silenciosa” (PENNELL; CUSACK, 1942, p. 112, 121).

O OLHO DO PRESENTE EM MANUAIS DO PASSADO

O que o historiador pode propor? A “retomada” não faz parte evidentemente de seus atributos. Todavia, ele pode convidar a um desprendimento do presente, graças à prática do olhar distanciado. [...] Explicar o “mundo ao mundo”, responder as questões do homem de hoje, tal é, pois a tarefa do historiador que enfrenta o vento. (HARTOG, 2013, p. 11, 21).

Produzidos em um passado, esses manuais de ensino fizeram circular ideias, valores, formas de conceber o ensino; deslocando-se no tempo, ainda hoje insistem no presente e pode-se considerar que o que caracteriza sua pertinência como experiência histórica é a sua ressonância social para além do tempo em que foram editados, lidos e utilizados, prolongando sua presença por meio da memória e cuja força está em servir para problematizar a própria educação. Estudá-los, agora, parte de uma ruptura: afinal, eles estão desaparecendo! É isso que move o historiador que exercita o olhar distanciado àquelas regras para o ato de ler e vai do presente ao passado, na tentativa de mapear continuidades e discontinuidades em busca de um sentido selecionado e construído pelo presente (KNAUSS, 2010).

Os dois manuais de ensino aqui estudados evidenciam a presença de prescrições para o ato de ler bem, como o investimento do Estado para transformar a leitura em um saber escolarizado. Mesmo que houvesse dife-

renças nas posições da época sobre o ensino da leitura e que não haja garantias de que as prescrições fossem efetivamente praticadas, pode-se levar em conta, igualmente, uma linha de continuidade que revelava um conjunto de regras, um corpo de prescrições, de definições, de instrumentos, o qual deu uma dimensão metodológica à leitura escolar. A eficiência da leitura, a capacidade de ler devagar, inteligente e rapidamente, a possibilidade de bem ler silenciosamente ou de o fazer oralmente são saberes que mereceram atenção na chamada “cultura escolar”.

De igual maneira, pode-se considerar que a preocupação de formação *técnica* dos professores, perseguida pelos autores de manuais de ensino, esteja afinada com a emergência, a partir da década de 1940, de uma sociedade em bases urbano-industriais, que coloca em cena aparatos tecnológicos capazes de instigar maior conhecimento das técnicas e da ciência aplicada, em detrimento de conhecimentos meramente ilustrativos ou aqueles chamados “belas letras”, vigentes na escola dita *tradicional*, mnemônica por excelência. Some-se a isso o fato de que a década abordada encerra um período singular, pois representa um momento de reforma para a educação, em que mais um movimento de renovação escolar brasileiro ocorreu, com a promulgação Lei Orgânica Federal do Ensino Primário e Ensino Normal, denominação dada aos decretos nº 8.529 e 8.530, ambos de 02 de janeiro de 1946 (WERNECK DE PAULA, 2013).

Conhecer mais sobre os manuais escolares em circulação nas escolas é ainda compreender como o Estado fez da leitura um saber escolar e a ressignificou, a ponto de a escola assumir a responsabilidade de formação de leitores e leitoras. A escolarização da leitura, como se deveria ler e para que ler são questões a que se procurou responder, na clave de uma História da Educação e da Leitura, no momento em que os manuais passaram a ocupar um importante lugar na educação escolarizada, contribuindo, também, para a normatização da vida profissional e cotidiana, já que integravam os currículos oficiais para a formação de professores(as), nas Escolas Normais no Brasil.

Essas prescrições autorizam a pensar em leituras em páginas com arranjos visuais, as quais conferem um novo caráter à palavra, afetando sua interpretação. Representação de uma intenção, ela poderá suscitar uma adesão, uma negação. Em discursos persuasivos, a leitura silenciosa é re-

comendada com um zelo crescente nos manuais e anuncia como as ideias tiveram circulação, por via da produção pedagógica, com a ressonância de um repertório de modelos e prescrições que serviram para formar gerações de professores.

Tais recomendações desvelam propostas presentes nesses impressos pedagógicos, que indicam atividades para o ensino e aprendizagem da leitura, tangenciando o movimento conhecido como “escola nova”, seja nos diálogos guiados pela psicologia, seja nas propostas pedagógicas, que exaltavam o interesse e a motivação da criança como descobertas fundamentais ao processo de aquisição do código alfabético.

Folhear, hoje, esses livros amarelados pela passagem do tempo e manchados pelo manuseio permitiu o confronto com atividades voltadas para o processo de aprendizagem da leitura, como aquelas feitas em voz alta ou em silêncio, ou como aquelas feitas para o entretenimento ou para estudo, que são marcas da escola. Possibilitou, igualmente, identificar um período em que ainda se perseguia o desejo de uma escola em bases humanistas – para aprimorar o espírito –, na qual a leitura era procedimento nobre, por excelência. As recomendações nesses livros parecem ter encaminhado para certa consolidação programática que uniformizou estilos e propostas, modos de ler na escola.

Os manuais faziam evocação de autoridades e se encomendavam prefácios a especialistas de prestígio reconhecido, mas o que chancelava a autoridade de seu autor era, quase sempre, a sua trajetória acadêmica ou política, como se pode verificar na escolha dos autores pelas editoras e na publicação de breves currículos, nas folhas iniciais dos manuais. Como protocolo para essa interpretação, parece ser útil entender uma possível circulação de saberes e ideias sobre a leitura, entre os dois autores contemporâneos entre si, e exercitar a capacidade de estabelecer relações entre os textos, criando possibilidades para que o leitor confira algum sentido e intua sobre ressonâncias, no interior de estudos sobre práticas e histórias de livros e leituras.

Com o olho do presente dirigido às formas de ler recomendadas pelos manuais de ensino da década de 1940, é possível ao historiador do século XXI reconhecer a própria historicidade, pela diferença dos tem-

pos, e considerar, em uma transmutação de sentido, que a leitura, oral ou silenciosa, aprendida na escola ou fora dela, nos faz a oferenda de uma liberdade e de uma síntese de pensamento: ler, para estar vivo, e narrar, para não morrer, continuam a ser questões do nosso presente. Afinal, para o exercício de explicar “[...] o mundo ao mundo”, a tarefa do historiador é enfrentar a *história* como “[...] aquela certeza fabricada no instante em que as imperfeições da memória se encontram com as falhas da documentação.” (BARNES, 2012, p. 23).

REFERÊNCIAS

ARCHÊRO JÚNIOR, A. *Lições de Pedagogia: para uso nas escolas normais: terceiro ano*. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1955.

BARNES, J. *O sentido de um fim*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

BASTOS, M. H. C. Uma biografia dos manuais de história da educação adotados no Brasil (1860-1950). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Ed. UFU, 2006. v. 1, p. 334-349.

BASTOS, M. H. C.; MOGARRO, M. J. Manuais de História da Educação em Portugal e Brasil (segunda metade do século XIX - primeira metade do século XX). In: ARAÚJO, M. M. (Org.). *História(s) comparada(s) da Educação*. Brasília, DF: Liber, 2009. v. 1, p. 241-283.

CARVALHO, M. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 65-86.

_____. Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista. In: CHAGAS, M. M. C.; PINTASSILGO, J. (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2011. p. 185-214.

CARVALHO, M.; TOLEDO, M. R. A. Os sentidos da forma: análise das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 89-110.

CHARTIER, A. M. *Enseñar a leer y escribir: una aproximación histórica*. Tradução Diana Luz Sánchez. México: FCE, 2004.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

- CHOPIN, A. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.
- CORREIA, A. C. L.; PERES, E. Aprender a ser professor a través de los libros: representación profesional, currículum escolar y modelos de aprendizaje em los manuales de pedagogia y didáctica para la formación de profesores de enseñanza primaria em Portugal (1870-1950). In: GUEREÑA, J. L., OSSEMBACH, G.; DEL POZO, M. M. (Org.). *Manuales escolares en España, Portugal y America Latina (siglos XIX e XX)*. Madrid: UNED, 2005. p. 195-213.
- CUNHA, M. T. S. Das mãos do autor aos olhos do leitor: um estudo sobre livros escolares: a série de leitura graduada Pedrinho de Lourenço Filho (1950/1970). *História (São Paulo)*, Franca, v. 30, p. 12-32, 2011.
- FAGUET, E. *A arte de ler*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- FRADE, I. C. S. Alfabetização, escolarização e cultura escrita em Minas Gerais no século XIX. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 249-278.
- GOMES, A. C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. 2. reimpr. (1. impr. 1981) São Paulo: EDUSP, 1985.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KNAUSS, P. Usos do passado e história do tempo presente; Arquivos da repressão e conhecimento histórico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 4., 2010, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: UFOP-MG, 2010. Texto digitalizado.
- MAGALHÃES, J. P. Escrita escolar e oficialização da Escola Portuguesa. In: CASTILLO GOMEZ, A.; SIERRA BLÁS, V. (Org.). *Mis primeros pasos: alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX y XX)*. Madrid: Ediciones Trea, 2008. p. 19-40.
- MANGUEL, A. *Os livros e os dias: um ano de leituras prazerosas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994*. Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- NÓVOA, A. *História da Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1994.
- PENNELL, M. E.; CUSACK, A. M. *Como se ensina a leitura*. Tradução Anadyr Coelho. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Livraria Globo, 1942.

- SILVA, V. B. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPED, 2004. 1 CD-ROM. G.T. 2 – História da Educação.
- SILVA, V. B.; CORREIA, A. C. L. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos (Portugal – Brasil). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, p. 613-632, set./dez. 2004.
- TORRESINNI, E. R. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP: Com-Arte; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- TREVISAN, T.; PEREIRA, B. C. *Manuais de ensino franceses e brasileiros para o ensino da leitura e escrita no Brasil (1851-1966)*. 2009. Digitado.
- VALDEMARIN, V. T. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 20, n. 52, p. 74-87, nov. 2000.
- VIANA, M. G. *A arte da leitura*. Porto: Educação Nacional, 1949.
- VIDAL, D. G. Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil. In: ABREU, M. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 335-355.
- WERNECK DE PAULA, M. F. B. F. Dois manuais escolanovistas para docentes: os conceitos de leitura e escrita que ecoam de Aguayo. (Santa Catarina - 1946-1949). In: SIHELE - SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA, 2., 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Marília: ABAlf, 2013.

FONTES CONSULTADAS

- DEWEY, J. *Experiência e natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- ESCOLANO, A. B. El libro escolar como espacio de memória. In: OSSEMBACH, G.; SOMOZA, M. (Org.). *Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en América Latina*. Madrid: UNED, 2001. p. 35-46.
- VALDEMARIN, V. T. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 6).
- VIDAL, D. G. *Culturas escolares e a pesquisa em História da Educação*. Florianópolis, 2013. Slides de Power Point. Conferência no Programa de Pós-Graduação em Educação/UEDESC.